



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

A maioria das empresas do sector de eventos, estão paradas desde março deste ano e segundo informação pública da Associação Portuguesa de Serviços Técnicos para Eventos (APSTE), muitas das empresas relacionadas com toda a cadeia de valor do sector, conseguiram não ter de recorrer a despedimentos dos colaboradores, apesar do dramático corte na faturação face ao período homólogo, em mais de 80% do volume de faturação destas empresas.

Em 10 de julho deste ano, foi anunciado pela Senhora Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, que o Governo iria lançar regras para os eventos e lançar uma linha de apoio específica, assegurando que “estamos já em fase final de regulamentação no sentido de permitirmos que parte da dívida possa ser convertida a fundo perdido” e que estaria a preparar uma “linha específica para empresas de organização de eventos, que ajude a que a receita que saíra fragilizada por força de nem todos estes lugares poderem ser vendidos quando estamos a organizar eventos, para que essa receita perdida possa ser compensada por apoios públicos, de modo a viabilizar os modelos de negócios das empresas”.

Porém, dois meses passaram e os empresários do sector continuam sem apoios que os permitam ter liquidez para pagamento a fornecedores nesta cadeia de empresários que compõe todo o setor, bem como para assegurar o pagamento de salários e assim a manutenção dos postos de trabalho.

Também segundo declarações da Senhora Secretária de Estado, a criação da referida nova linha de crédito, gerida pelo Turismo de Portugal, “não é uma linha que tem como objetivo estabelecer protocolos com a Banca. Não se trata de uma linha idêntica às outras”, sendo o objetivo “compensar as empresas que organizam eventos pela falta de receita associada à bilheteira”.

As empresas que a APSTE representa, referente às empresas que prestam serviços técnicos e especializados às entidades que promovem eventos, representam diretamente pelo menos 1500

trabalhadores e mais de 3000 indiretos, pelo que não tendo ainda qualquer apoio previsto está em causa a própria sobrevivência de muitas destas empresas fornecedoras de serviços técnicos para eventos e assim também a capacidade de futuramente haver entidades especializadas em Portugal que possam prestar este tipo de serviços, qualificados.

Resolvendo esta situação e criando apoios a este sector, toda a cadeia de valor da atividade relacionada com os eventos, será beneficiada evitando também que o “know-how” técnico e especializado, se perca.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP à Assembleia da República toma como pertinente questionar os senhores membros do Governo acerca dos apoios específicos e diretos a este sector de atividade.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Para quando a disponibilização da Linha de crédito, específica para o sector dos eventos, no valor de 20 milhões de euros, anunciada em julho passado pelo Governo?

2- Além da Linha de Crédito anunciada, que outras medidas específicas de incentivo à atividade económica deste sector, serão implementadas?

3- Estão previstas medidas específicas de apoio para as empresas fornecedoras de serviços técnicos para eventos?

Palácio de São Bento, 24 de setembro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)